

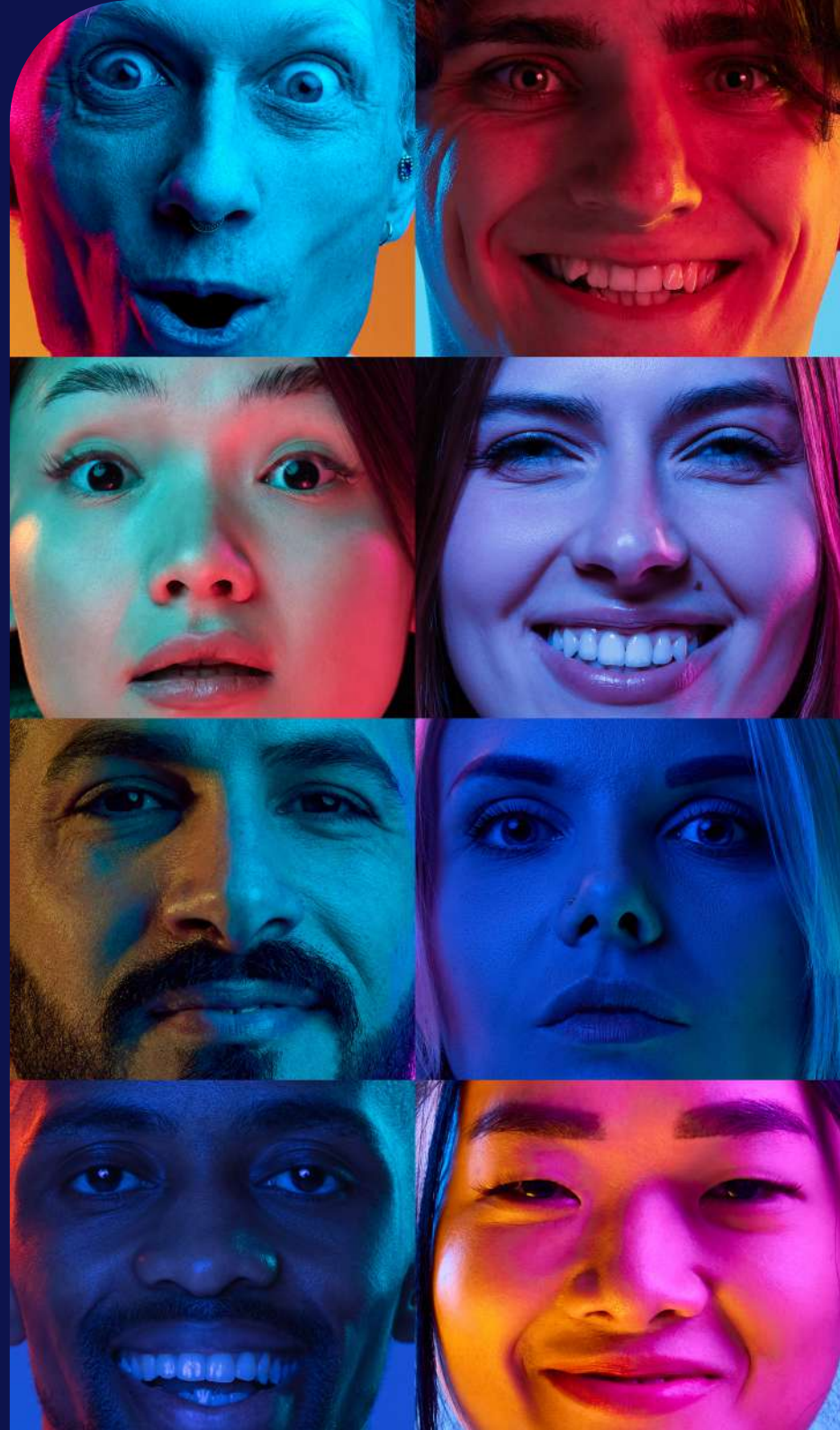
**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

# Pós-Graduação em

## Direito

## Administrativo





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
Direito Administrativo .....	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo .....	7
Duração do curso .....	7
Matriz curricular .....	8
Conteúdo programático .....	9
FAQ do curso .....	13
Diferenciais tecnológicos .....	14
Ingresso .....	15

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.



# CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD  
compostos por três  
módulos, liberados  
progressivamente a cada  
60 dias.

Avaliação feita por disciplina  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, *slides* e  
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Prof. Gustavo Scatolino Silva**  
Coordenador

Atualmente, é Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Já atuou como Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, como o de Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e o de Procurador do Estado do Espírito Santo.

# DIREITO ADMINISTRATIVO



Este curso propõe um modelo pedagógico que visa à preparação do profissional para atuar no âmbito público ou privado, por meio da atuação em empresas privadas que mantêm relação com a Administração Pública como um todo. O curso estrutura-se, ao longo do seu desenvolvimento, em disciplinas voltadas ao domínio de todo o Direito Administrativo, começando pelos temas acerca do funcionamento do Estado e os temas fundamentais do Direito Administrativo, partindo-se, sempre, da premissa de capacitar o profissional para transitar com habilidade e segurança em sua atuação, inclusive no que tange ao cenário de incertezas jurídicas e políticas.

O conteúdo das disciplinas é pautado na interdisciplinaridade e na interconexão de temas em cada uma das áreas do direito público, preparando o aluno para os desafios vivenciados com as modificações recentes na legislação e na multiplicidade de decisões judiciais impactantes, oriundas especialmente do STF e do STJ.

## DESTAQUES DO CURSO

Capacitar membros de Poder, servidores públicos e candidatos ao serviço público, além de advogados e profissionais de empresas privadas que busquem se aperfeiçoar na área do Direito Administrativo.

Habilitar os profissionais para a melhor compreensão dos meandros do Direito Administrativo.

Incentivar os cidadãos em geral que tenham curiosidade em entender os rumos político-jurídicos da Nação, compreendendo o papel de cada um dos Poderes.

Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo o administrado e o Estado.



## PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito, bem como bacharéis, licenciados e tecnólogos de outras áreas do conhecimento, que tenham interesse em adquirir conhecimentos e habilidades que frequentemente têm sido requeridas pela Administração Pública.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Administrativo tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Fundamentos Iniciais do Direito Administrativo	25h
02	Organização do Estado e dos Poderes	45h
03	Licitações e Contratos Governamentais	35h
04	Gestão Orçamentária e Financeira	45h
05	Controle na Administração – Interno e Externo	30h
06	Administração Pública	25h
07	Previdência do Servidor Público	20h
08	Direito Administrativo Sancionador I	17h
09	Direito Administrativo Sancionador II	14h
10	Direito Constitucional Econômico	10h
11	Responsabilidade Civil do Estado	9h
12	Regime Jurídico das Empresas Estatais	8h
13	Crimes contra a Administração Pública	2h
14	Serviços Públicos e Parcerias do Poder Público	28h
15	Tópicos Avançados de Direito Administrativo	20h
16	Legislação sobre Servidores Públicos – Lei n. 8.112/1990	12h
17	Fazenda Pública em Juízo	15h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>360 horas</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40 horas</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>400 horas</b>



# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>FUNDAMENTOS INICIAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/ orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/ funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. classificação. Tipos de vínculo: função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Intervenção do estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Controle administrativo. Espécies de controle. Tribunal de Contas da União. Competências do Tribunal de Contas da União.
<b>ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES</b>	Constituição Federal de 1988. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado e Organização dos Poderes. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.

<p><b>LICITAÇÕES E CONTRATOS GOVERNAMENTAIS</b></p>	<p><b>Lei n. 14.133/2021:</b> I. Nova Lei de licitação: Âmbito de aplicação; Princípios; Das definições legais; Dos agentes públicos. II. Do processo licitatório. III. Da fase preparatória: Da instrução do processo licitatório; Dos critérios de julgamento; Das modalidades de licitação. IV. Da divulgação do edital de licitação. V. Da apresentação de proposta e lances. VI. Do julgamento. VII. Da habilitação. VIII. Do encerramento da licitação. IX. Da contratação direta. X. Das alienações. XI. Dos instrumentos auxiliares. XII. Dos contratos administrativos. XIII. Da formalização dos contratos. XIV. Das garantias. XV. Da alocação de riscos. XVI. Das prerrogativas da administração. XVII. Da duração dos contratos. XVIII. Da execução dos contratos. XIX. Da alteração dos contratos e dos preços. XX. Das hipóteses de extinção dos contratos. XXI. Do recebimento do objeto do contrato. XXII. Dos pagamentos. XXIII. Da nulidade dos contratos. XXIV. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias. XXV. Das irregularidades. XXVI. Das infrações e sanções administrativas. XXVII. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos. XXVIII. Do controle das contratações. XXIX. Do portal nacional de contratações públicas.</p>
<p><b>GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b></p>	<p>Introdução à Administração Financeira e Orçamentária. Orçamento Público. Ciclo ou Processo Orçamentário. Orçamento Público no Brasil: PPA, LDO e LOA. Princípios Orçamentários. Receita Pública. Despesa Pública. Lei Complementar n. 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).</p>
<p><b>CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO – INTERNO E EXTERNO</b></p>	<p>Abrangência e espécies de controles da Administração Pública. Sistemas de Controle na Constituição Federal. Funções e Competências dos Tribunais de Contas. Composição e Forma de Investidura dos Membros dos Tribunais de Contas. Natureza Jurídica, Eficácia e Revisão das Decisões dos Tribunais de Contas. Tomadas e Prestações de Contas e Julgamento de Contas pelos Tribunais de Contas. Jurisdição dos Tribunais de Contas. Organização e Funcionamento dos Tribunais de Contas, com enfoque no TCU. Deliberação e sessões do TCU. Processo e recursos no TCU. Linhas de Defesa no Setor Público. Controle Interno Administrativo (conceito, princípios, estruturas e componentes). Controle Interno Avaliativo e Sistema de Controle Interno de cada Poder. Modelos de Controle Interno; Normas de Auditoria e Controle Interno Governamentais. Compliance do Setor Público. Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos no Setor Público.</p>
<p><b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b></p>	<p>Estudo da evolução da Administração Pública e a reforma do Estado: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático. Comparação entre os modelos teóricos de Administração Pública: Estado oligárquico e patrimonial, Estado autoritário e burocrático, Estado do bem-estar e Estado regulador. Interface entre a gestão pública e a privada: convergências e diferenças. Busca de compreensão sobre o Controle e a Transparência da Administração Pública: tipos de controle, controle social e cidadania, governo eletrônico. Definição de Governabilidade, Governança e Accountability. Reflexão sobre ética e moral no exercício da função pública. Discussão sobre Políticas Públicas. Estado, Governo e Administração Pública. Evolução dos modelos/paradigmas de gestão. Reformas administrativas, histórico e evolução da Administração Pública. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a privada. Gestão de pessoas por competências na Administração Pública. Ética no setor público.</p>

<b>PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO</b>	A Nova Previdência: fundamentos, pilares e abrangência da Reforma da previdência no RPPS; espécies de regras (permanentes, temporárias e transitórias), direito adquirido e regras gerais em matéria de RPPS. Reforma da Previdência e o Custeio do RPPS: contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas; progressividade de alíquotas, contribuições ordinárias e extraordinárias, ADINs em trâmite no STF. Reforma da Previdência e os Benefícios do RPPS: aposentadorias programada, compulsória por idade e por incapacidade permanente; aposentadorias especiais e pensão por morte. Previdência complementar dos servidores públicos: alterações constitucionais, FUNPRESP e benefício especial.
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR I</b>	Lei n. 12.846/2013. Lei de Improbidade Administrativa. Lei n. 8.429/1992. Processo Administrativo Disciplinar. Ética na Administração Pública. Lei n. 12.813/2013.
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR II</b>	Lei n. 12.846/2013. Lei de Improbidade Administrativa. Lei n. 8.429/1992. Processo Administrativo Disciplinar. Ética na Administração Pública. Lei n. 12.813/2013.
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO</b>	Teorias da regulação e as competências regulatórias. Construção do Estado Regulador no Brasil. Agências Reguladoras. Competências regulatórias e seus processos. Instrumentos regulatórios. Governança regulatória. Controle da regulação. Princípios constitucionais da ordem econômica. Bases constitucionais para a regulação e intervenção do Estado no domínio econômico. Regime jurídico das atividades econômicas (atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos). Papel do direito no desenvolvimento de políticas públicas.
<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO</b>	Evolução histórica da Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade Civil do Estado por atos comissivos e omissivos: A teoria do risco e o fundamento da responsabilidade objetiva do Estado; responsabilidade civil do Estado por atos omissivos e reflexões sobre seus fundamentos. Responsabilidade Civil do Estado por atos lícitos e a pandemia. Responsabilidade Civil do Estado em relação às entidades integrantes da administração indireta. Pressupostos da Responsabilidade Objetiva do Estado (conduta comissiva de agentes públicos, nexo causal e dano); Pressupostos da Responsabilidade Civil por omissão. As teorias do Risco administrativo e integral e a responsabilidade civil do Estado. A responsabilidade civil do agente público causador do dano e a teoria da dupla garantia (discussão do Tema 940 – STF). Excludentes da Responsabilidade Civil do Estado. Interconexão da Responsabilidade Extranegocial com a negocial do Estado.
<b>REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS</b>	Evolução histórica das empresas estatais no Brasil. Regime jurídico. Licitações e Contratos.
<b>CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	Disposições sobre crimes nas licitações a luz das mudanças da Lei n. 14.133/2021.

<b>SERVIÇOS PÚBLICOS E PARCERIAS DO PODER PÚBLICO</b>	Lei n. 8.987/1995. Lei n. 11.079/2005. Lei n. 9.637/1998. Lei n. 9.790/1999. Lei n. 13.019/2014.
<b>TÓPICOS AVANÇADOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	Aprofundamento de tópicos específicos que envolvem o Direito Administrativo.
<b>LEGISLAÇÃO SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS – LEI N. 8.112/1990</b>	Evolução histórica das empresas estatais no Brasil. Regime jurídico. Agente público: classificação. Formas de Provimento. Regimes – estatutário ou celetista. Proibição constitucional de acumulação de cargos, empregos e funções públicos. Os Direitos, Deveres e Responsabilidades dos Agentes Públicos. O papel do agente público na representação do Estado e o Estado Democrático de Direito. Poderes da Administração Pública. Servidores enquanto agentes públicos e suas responsabilidades. Responsabilidade civil dos agentes públicos.
<b>FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO</b>	Prerrogativas Processuais da Fazenda Pública. Dos Prazos e da Intimação Pessoal da Fazenda Pública. Prescrição e Pretensões Formuladas em Face da Fazenda Pública. Denúnciação da Lide pela Fazenda Pública. Remessa Necessária. Tutela Provisória contra a Fazenda Pública. A Fazenda Pública e a Execução. Reclamação. Desapropriação. A Fazenda Pública nos Juizados Especiais Cíveis.



# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

*Download* de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

*App* compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

*Player* de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](https://gran.com.br)

